

ONTEM E HOJE: CAPÍTULOS DE HISTÓRIA SOCIAL E DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO*

Leonardo Mello e Silva
leomello@usp.br
Universidade de São Paulo

Resumo

O texto busca estabelecer uma conexão entre os estudos sobre história social do trabalho no Brasil e os temas abordados pela sociologia do trabalho no tempo presente de reestruturação produtiva. Entrevê pontos de contato na medida em que relatos de pesquisa de hoje lembram experiências do passado, tanto no âmbito da organização quanto nas formas de gestão.

Palavras-chave: Organização do trabalho – Taylorismo – História social do trabalho – Fordismo.

Abstract**

The text establishes a connection between the studies about work social history in Brazil and the themes broached by sociology of work in present time of productive restructure. It sees contact points in so far as now a day research accounts reminds past experiences, as in the extent of organization as in the ways of administration.

Key-words: Organization of work – Taylorism – Work Social History – Fordism.

O objetivo deste texto tem o propósito de, a partir de alguns relatos recentes de historiadores do trabalho no Brasil, demonstrar a pertinência (ainda) de um enfoque da realidade fabril baseado no processo de trabalho. Os exemplos encontrados, aqui e ali, confirmam essa percepção. Cabe agora desenvolver as

* Comunicação apresentada no X Encontro Estadual de História / II Jornada Nacional de História do Trabalho, Florianópolis, agosto de 2004. A confecção deste trabalho contou com a colaboração dos bolsistas William Vella Nozaki (Fapesp) e Vladimir Ferrari Puzzone (CNPq).

** Tradução: Maty Gueye.

interseções possíveis entre esses relatos e o patrimônio heurístico oriundo daquela tradição de análise.

TAYLORISMO E FORDISMO NO BRASIL

Em trabalho pioneiro da primeira metade dos anos oitenta, Nilton Vargas procurou estabelecer uma periodização da introdução do taylorismo e do fordismo no Brasil¹. Qual é a importância dessa tentativa? Em primeiro lugar, a sistematização de um tema por si só relevante para a história do trabalho industrial no Brasil. Em segundo lugar, a possibilidade de um desdobramento do tratamento do tema do taylorismo e do fordismo que não se esgotasse nas várias facetas do fenômeno histórico em si, mas apontasse para uma articulação com outros aspectos da modernização capitalista do país: o padrão de industrialização, a formação de uma força de trabalho nacional e a constituição de um mercado de trabalho assalariado, o papel da tecnologia e do conhecimento técnico e operário para “tocar” os processos produtivos, os sindicatos e a contratação coletiva – ou ausência dela – bem como as suas formas de manifestação concreta: tudo isso eram tópicos que gravitavam em torno daquele núcleo. É tentador retomar o caminho aberto por aquele texto seminal como um desafio para tentar responder a algumas perguntas que ficaram pendentes. No artigo, era levantada a hipótese geral de que um dos entraves para a implantação do taylorismo em terras brasileiras seria a ausência de uma efetiva socialização da força de trabalho nas normas do trabalho assalariado industrial, como nos países do Centro do capitalismo que experimentaram efetivamente aquele modo de organização do trabalho. Também ficamos sabendo que a implantação do taylorismo no Brasil nada ficou a dever, em termos de contemporaneidade, aos demais países capitalistas que se preocupavam com a disseminação do “método científico” de como obter maior produtividade das fábricas. Luminares do mundo empresarial paulista participavam de reuniões da *Taylor Society* no Primeiro Mundo; eram mesmo seus membros efetivos e, cheios de idéias novas, não viam a hora de aplicar aqueles métodos em empresas por essas bandas. Textos apologéticos antes da criação do IDORT, bem pinçados pelo autor, dão bem o tom da coisa. Mas, se as idéias eram boas, a prática se mostrou mais reticente: mais do que mão de obra barata, faltavam as condições para estabilizar uma força de trabalho nos moldes de uma disciplina fabril adequada à incorporação do tipo de processo de trabalho que alavancaria o modo de desenvolvimento intensivo, típico dos fordismos centrais (americano primeiramente, mas também europeu em certa medida). Não é, por exemplo, o uso predatório da força de trabalho o que define o taylorismo. Nem apenas o estilo de divisão do trabalho, a especialização, e tudo aquilo que está associado aos aspectos autoritários e quase caricatos do sistema. Há mais, e entre os elementos determinantes encontra-se justamente a capacidade simultânea de extrair

maior produtividade dos processos industriais, perceber salários que estimulem o consumo de mercadorias e, por fim, assumir uma visão de mundo que deixe para trás, tanto quanto possível, a “velha ordem” de solidariedades e assistencialismo² piegas. O taylorismo, embora aplicado a um tipo de trabalho tornado mais e mais coletivo, corresponde a uma ideologia daquele que “se faz por si mesmo”. O assunto é complexo e, como se vê, não será “resolvido” nesta breve introdução. Vamos em frente, pois.

ONTEM E HOJE: REGIME DE REMUNERAÇÃO E MERCADO INTERNO DE TRABALHO

É bastante interessante observar que um regime de remuneração de “duas velocidades” pode alimentar uma dualidade no mercado de trabalho interno à firma (ou unidade de produção), levando à diferenciação da categoria. Essas diferenciações podem aparecer como diferenciações profissionais, desafiando a unidade da classe. No entanto, uma hipótese a ser considerada é que tal diferenciação pode se apresentar imediatamente como uma estratégia patronal para dividir os trabalhadores, impedindo a ação coletiva.

Um regime de remuneração a duas velocidades é aquele descrito por Fernando Teixeira da Silva³ para os portuários de Santos, entre os que ganham por hora e os que ganham por produção (por tarefa): os segundos instilando os primeiros a acelerar o trabalho (p.147). Uma relação salarial mais estável tem a função exatamente de regular essas oscilações de produtividade, o que fica difícil de manter em uma situação típica de trabalho caracterizada como de emprego casual (*casual labor*), com permanência às vezes de menos de 1 dia. É o regime de remuneração que está na origem, entre outros fatores, da indisposição das operárias de confecção de hoje com a aplicação da gestão da produção em estilo de “células” (pesquisa de campo, 2004):⁴ quando a contabilidade era individual, cada uma sabia quanto iria ganhar de prêmio; quando a contabilidade se torna uma atribuição do “coletivo”, o padrão do grupo é extraído do membro com produtividade menor, o que leva de imediato a uma pressão dos participantes contra a operária menos *performante*.

Quando F.W. Taylor pensou o seu sistema de controle do trabalho operário definindo “cientificamente” a tarefa, ele o fez incidir sobre o “marca-passo”, isto é, o “fazer cera” (*soldiering*). No entanto, tanto a forma como o controle se exercia (a própria execução da tarefa), quanto a percepção dos resultados – pelo supervisor/controlador e o próprio operário – eram individuais. Ao contrário, no sistema organizado na forma de manufatura celular (pesquisa em andamento, *cit*), ele é coletivo, isto é, é o grupo que efetua o controle e o supervisor sai de cena – ao menos para essa função diligente da comparação da norma com a produção real: quem faz agora essa comparação é o próprio grupo (célula).

O trabalho de Fernando T. da Silva mostra também que a posição de monopólio dos empregadores dificulta a ação do sindicato de trabalhadores. É o caso da Companhia Construtora de Santos (p.77-8). Enquanto a “construção para o mercado”, a cargo de grandes empresas, cancelava a pulverização de pequenos empreiteiros que faziam acordos diferenciados com o sindicato de trabalhadores, “os contratos por encomenda” permitiam uma margem de manobra por conta do controle da atividade pelos próprios mestres de obras. Não à toa, é na Companhia Construtora de Santos (CCS) que os métodos tayloristas serão alardeados desde os meados dos anos 1910 pelo seu diretor, Roberto Simonsen. A correlação entre expansão dos métodos tayloristas e capital monopolista, sistematizada desde Braverman, é aqui confirmada. Ora, a chave para o sucesso do taylorismo está em relação diretamente proporcional à expropriação do saber operário, ou do controle exercido pelo trabalhador sobre o seu próprio trabalho, ou ainda: da diluição do “ofício” em um conjunto de tarefas divididas segundo o estudo “científico” levado a cabo pelo departamento de métodos de uma empresa. Os “artistas” e os mestres de obras detinham, com o controle de sua própria atividade, também um controle sobre o mercado de trabalho – e esse é um aspecto muito importante. O ataque ao “saber de ofício” é simultaneamente um ataque ao poder de contratação desses operários qualificados. Portanto, o deslocamento das pequenas e médias empresas para a grande empresa tende a minar o poder da organização de defesa dos trabalhadores, em uma frente. Em outra frente, a grande empresa contribui também para diluir o papel do sindicato, na medida em que disputa com esse a responsabilidade pela proteção ao trabalho, tal como ocorre nas políticas de *welfare privacy* (p. 275): afinal, as pequenas e médias empresas não podiam bancar essa disputa, apenas as grandes. Nessas duas frentes, fecha-se o círculo às expensas da influência sindical. É importante ter em conta que o critério para aquilatar a possibilidade de homogeneização – e a conseqüente solidariedade operária que pode advir daí – não é um critério numérico (quantitativo) do tipo grande *versus* média e pequena empresas, mas sim orientado para a resposta à questão: em que base está organizado o processo de trabalho? Sobre o saber de ofício, artesanal, ou sobre uma força de trabalho indiferenciada quanto ao poder sobre o próprio trabalho, e por isso mesmo solidária por subtração?

É comum, por exemplo, ouvir o discurso, difundido (hoje) no meio sindical, de que é mais fácil mobilizar os trabalhadores de grandes empresas do que, ao contrário, de pequenas e médias empresas. Depende. Muitos fatores podem estar intervindo (presença “pessoal” do proprietário junto aos operários, diluindo a formalidade própria do contrato, por exemplo.) mas certamente um pressuposto de base seria atentar para as características (não) profissionais da força-de-trabalho: esse pode ser um elemento de aproximação, baseado na “igualdade” de carência de qualificação.

Ainda no caso da CCS, e a respeito da “frente” da proteção social, vale a pena

lembrar que, segundo David Montgomery⁵, a estratégia de “corporate welfare” apresentava-se como uma alternativa à gerência científica de Taylor. A outra alternativa ao taylorismo era o movimento de “personnel management”. Embora pudesse haver interseções entre as três (taylorismo, *corporate welfare* e *personnel management*), a idéia é que elas conformam três estratégias distintas do patronato norte-americano do começo do século XX de lidar com o “problema operário” (p. 32-3). No Brasil da mesma época, e para o caso da CCS, ficamos sabendo que o *welfare policy* e o taylorismo não eram incompatíveis.

No trabalho de Paulo Fontes sobre a Nitroquímica⁶, um dos mais importantes grupos privados nacionais, os benefícios oriundos do “serviço social” da empresa são bastante amplos: maternidade, hospital, clube, distribuição de leite, parque infantil, farmácia, restaurante, armazém, cooperativa de abastecimento e escola do Senai. No entanto, o quesito habitação obedece a uma segmentação bem marcada: apenas a chefias, os encarregados, mestres, o pessoal técnico e qualificado, além dos vigias, têm direito às moradias perto da fábrica (p. 68-76). Os trabalhadores químicos formando o contingente dos operadores sem qualificação, com alta rotatividade e alijados de qualquer preocupação com treinamento - especialmente aqueles da seção de fiação do rayon - preenchem uma posição descartável, estando sujeitos à extração predatória de sua capacidade de trabalho, num formato típico de superexploração que, pelos relatos colhidos, encontram sua lógica na abundância de mão de obra barata. O regime salarial também sancionava aquela descartabilidade, mesmo para o contingente técnico e qualificado, pois os níveis salariais eram muito baixos para todos (p. 100-102). Assim, se alguma veleidade de organização racional ou científica do trabalho havia nessa importante empresa química, ela convivia com ausência de requisitos de qualificação para contratação de trabalhadores juntamente com treinamento “na prática”, além de condições de trabalho perigosas. No caso estudado por P.Fontes, temos traços de *welfare policy* sem qualquer vislumbre de taylorismo – até porque o processo de trabalho químico, de característica contínua, não solicita operários “de ofício” mas, no máximo, ajudantes que realizam trabalhos de carga e descarga de materiais, acompanhamento de processos e misturas de produtos e matérias primas. Num patamar mais especializado, encontramos os técnicos químicos, que no entanto estão mais nos laboratórios do que propriamente no chão de fábrica. Essas condições mais gerais do uso do trabalho em uma empresa química parecem determinar o papel de uma instituição de treinamento profissional como o Senai, que existia dentro da Nitroquímica: longe se está do esforço racionalizante e cientificista que informava as técnicas de recrutamento e seleção dessa instituição, por volta dos anos de 1940, em que “...(Roberto) Mange fazia todo esforço para ignorar as relações sociais e políticas do candidato a um emprego e jogava as cartas de apresentação, um instrumento padrão para se conseguir emprego no Brasil, na lata do lixo”.⁷

Na Nitro, ao contrário, a contratação de parentes e de indicados pelos próprios empregados era uma forma explícita de reforçar os laços da “família nitrina”.⁸

Nessa altura, seria preciso desenvolver algumas características doutrinárias do taylorismo que talvez pudessem explicar a sua “impureza” brasileira. Uma dessas características originárias é o seu viés marcadamente individualizante.

O TAYLORISMO E O FORDISMO NO BRASIL: UM DEBATE POR FAZER

O relato da experiência de transporte de ferro gusa na Bethlehem Steel Company com o operário Schmidt⁹ pode ser esclarecedor do método taylorista em muitos aspectos (vem daqui a famosa expressão do “operário do tipo bovino”, assim como a cândida caracterização do trabalhador apto como sendo aquele de “mentalidade limitada”¹⁰ ou “estúpido”) mas ele demonstra também um lado pouco evidente do método, tal como ele foi concebido: é que se ele tem muito a dizer sobre o controle de “como fazer” o trabalho dentro da fábrica, por outro lado ele não tem nada a acrescentar sobre como o trabalhador deve se comportar fora da fábrica – exceto que o ganho adicional ajudará o nosso Schmidt a completar a construção de sua casa própria. Quem era o operário Schmidt? Além de ser provavelmente forte e robusto (apenas 4 foram escolhidos dos 75 homens que trabalhavam na tarefa de carregar e descarregar o ferro nos carrinhos), “era um pequeno holandês da Pennsylvania que havia sido observado a voltar para casa por uma milha mais ou menos, depois de seu trabalho à tarde, e tão logo voltava de manhã para o trabalho. Descobrimos que ganhando salário de um dólar e quinze cents por dia ele conseguira comprar um pequeno terreno e que estava empenhado em elevar as paredes de uma casinha para ele, de manhã antes de ir para o trabalho, e à noite depois da saída.”¹¹ Aumentar o ganho diário de 1,15 U\$ para 1,85 U\$ para carregar 47ton de ferro gusa por dia, além do efeito de estimular a produtividade do trabalho, permite que o operário se veja si mesmo como um ser aquisitivo que vai cuidar de sua própria vida privada no final da jornada, que é, no fim das contas, o que interessa. Longe se está do paternalismo tradicional ou do comunalismo de empresa postulando uma convergência de interesses entre patrão e empregado. Se tal convergência existe é apenas na medida em que cada um, a seu modo, luta pelo seu interesse próprio como indivíduo, ou – nas palavras do autor – busca atingir a “prosperidade”.¹² Esse é o reino da sociedade civil burguesa.¹³

Vejam os outros pontos do sistema taylorista: o salário de incentivo.

O papel do salário deveria ser o de fazer o operário prescindir de quaisquer suportes sociais providos pelas empresas, a fim de assegurar a sua reprodução. O salário seria a forma de acesso ao mundo de compra e venda de mercadorias, sem necessidade de “salário indireto”, isto é, artifícios de benevolência e assis-

tência patronal. Isso é coerente com a rejeição do “corporate welfare” ou do *welfare policy*. No entanto, a socialização da produção e o declínio concomitante das antigas qualificações profissionais estariam contribuindo para tornar mais ou menos equivalentes os trabalhos efetuados dentro das fábricas – ora, a conversão dos modos operatórios até então misturados ao controle operário em tarefas segundo a máxima do “the one best way” fez borrar exatamente as diferenças entre as maneiras de realizar uma mesma operação, tanto quanto as diferenças entre operações diferentes. Com isso, não haveria razão para esconder o salário percebido por cada trabalhador individualmente, uma vez que as margens de variação estariam mais e mais canceladas pela “forma única possível” (segundo os tayloristas) de realizar cada atividade. Essa relativa indiferenciação do trabalho manufatureiro – que é típica da divisão do trabalho que o taylorismo só fez radicalizar – seria complementada pela diferenciação que cada trabalhador enquanto consumidor sancionaria no mercado, gastando da forma que melhor lhe aprouvesse a sua renda obtida do trabalho - de preferência reforçando as cercas de sua *propriedade*, como se viu acima. A mentalidade privatista que informa a visão de mundo que Taylor e seus próximos reservava ao salário e sua destinação mercantil contrasta, conforme já se aludiu anteriormente, com a coletivização dos meios de trabalho nos processos de produção que então partiam para escalas mais robustas e ganhos de produtividade mais expressivos.

Assim, a discricção quanto ao ganho individual pode até estar relacionada com algum traço de “cultura nacional”, mas ela se explica principalmente pelas condições particulares e históricas do equilíbrio entre público e privado, em cada país. É o que nos lembra Michael Burawoy em uma nota de pé de página muito significativa, comentando as diferenças de produtividade entre os operários americanos e ingleses em um Relatório do Comissário do *U.S. Bureau of Labor*, em 1904:

“Information relative to the subject of output is perhaps more difficult to obtain in Great Britain than in any other country... It is virtually impossible among a people as individualistic and secretive as the British to arrive at any quantitative measure of the product turned out in a given time.”

Na interpretação daquele autor, como os níveis de rendimento (*output*) do trabalho são medidos no metro de regras transparentes e “públicas”, os trabalhadores americanos ficavam mais vulneráveis às investidas do taylorismo do que os ingleses, onde a consciência de classe expressava-se justamente na *secrecy*.¹⁴ Na nossa interpretação, o comportamento individualista do exemplo é perfeitamente coerente com a identidade coletiva de classe (defesa das regras do trabalho), ao passo que o movimento taylorista almejava infundir o comportamento individualis-

ta-possessivo em uma base material já ela mesma mais homogênea, ou seja, quando os processos de trabalho estavam se tornando mais coletivos.

É curioso observar os argumentos dos gerentes investidos do movimento da “qualidade total” nos dias de hoje. Quando eles buscam justificar a aplicação dessas técnicas, eles se valem de razões que também manipulam, a seu jeito, as virtudes do público e do privado: assim, expor o nome ou a foto do operário menos produtivo num cartaz no meio da seção da fábrica, para que todos possam ver, seria uma maneira de ser mais “transparente” e atacar possíveis “favorecimentos” de chefias ou colegas. Uma fábrica onde... “não se esconde nada”.¹⁵

Um outro aspecto do taylorismo muito importante do ponto de vista histórico é seu viés tecnocrático e sua má vontade com respeito aos desenhos políticos de formação da vontade democráticos, como o parlamento e as instituições representativas em sentido largo. O apelo científico (nesse sentido quase uma “utopia”, acolhida tanto pela direita quanto pela esquerda¹⁶, no pós-1ª. Guerra Mundial) parecia ir “direto ao ponto” – isto é, aos níveis de produtividade e eficiência desejados pela indústria – sem a necessidade do conflito de classes, e muito menos da explicitação da opinião e do debate públicos. Pura perda de tempo. Acontece que – como se viu rapidamente acima a propósito do salário – a ideologia adequada ao taylorismo é o liberalismo, o livre jogo de interesses no mercado, e não uma ordem “cooperativa e harmoniosa”.¹⁷ Ora, em países como o Brasil, a correlação entre taylorismo e corporativismo, com o acento organicista desse último, parecia estar portanto bem de acordo com uma parte da ideologia taylorista, na medida em que um completava na esfera do processo de trabalho o que o outro disseminava na esfera das instituições políticas. Seria instrutivo tentar captar na “importação” do corporativismo mussoliniano para o Brasil, traços do ideário científicista da organização do trabalho, para além de todo o *corpus* jurídico-normativo tão enfatizado nas análises sobre nossa arquitetura sindical: cadê o quinhão taylorista do corporativismo?

Tal demanda não é descabida, uma vez que uma interpretação possível do americanismo (ao qual podemos associar o taylorismo), embora mantendo todos os traços essenciais do ideário liberal (sua ética do trabalho que elimina o papel caritativo e de benevolência para com as classes trabalhadoras) é o de um liberalismo transformado – racionalizador na produção e planejador na política. Essa parece ser a interpretação de Luiz Werneck Vianna.¹⁸ Ele propõe, seguindo os passos de Gramsci, uma espécie de dupla face do fordismo americanista: por um lado, os valores do individualismo possessivo típicos do liberalismo manchesteriano são mantidos na forma de uma sociedade civil que prescindem da “superestrutura” (nesse sentido, a hegemonia vem da fábrica); por outro lado, elementos desorganizadores da regulação mercantil (e mesmo autoritários e intervencionistas), na forma de repressão aos sindicatos, imposição de um modo de vida puritano, sistema político bi-partidário, susten-

tação dos salários em contraposição ao “livre jogo” da oferta e da procura.¹⁹ No entanto, como é bem lembrado pelo autor de “Americanismo e Fordismo” (*apud* Werneck Vianna), o corporativismo pode bem ser a porta de entrada dessa tendência em países de capitalismo tardio, como a Itália, embora em tal caso não de maneira “ideal”, qual seja, fazendo da mentalidade racionalizadora e interessada uma espécie de “segunda natureza” do indivíduo (como na vertente americanista). No Brasil, ainda segundo Werneck Vianna, o imbróglio entre fordismo e corporativismo como que recupera a ambigüidade originária do conceito, porém agora em novas bases: enquanto o período da 1ª República, com seu conflito típico interno ao contratualismo individualista das primícias do liberalismo, pode ser considerado doutrinariamente “fordista” (ou, segundo a caracterização encaminhada neste trabalho, “taylorista”, haja visto o embate empresarial contra as leis trabalhistas então em discussão), o pós-30, com o *aggiornamento* entre burguesia industrial paulista e nova elite estatista recém apeeda ao poder, pode ser considerado a realização prática daquele projeto.

Essa parece ser também a opinião de Nilton Vargas, quando propõe uma periodização da introdução do taylorismo no Brasil. Ele salienta que o “princípios” encontrar-se-iam com as “técnicas”²⁰ apenas após a socialização do trabalho assalariado no país ter-se tornado endógena, ou seja, a reprodução da força de trabalho estar orientada, de maneira dominante, para o trabalho industrial. Antes disso, o taylorismo a rigor não estaria suficientemente maduro.

Em suma, existe como que uma ambigüidade nesses “dois lados” possíveis do taylorismo (ao menos no Brasil): um desembocando no “liberalismo manchesteriano”, e o outro no corporativismo.

É exatamente na tentativa de desatar esse nó que o trabalho dos historiadores pode ser muito útil e esclarecedor. Há muita discussão e acúmulo sobre o corporativismo. Mas há pouca atenção para o taylorismo tal como ele foi aplicado nas fábricas dos mais diferentes setores de atividade. Se a perspectiva de análise do taylorismo em termos de uma abordagem da disciplinarização e da conformação de corpos dóceis foi até aqui predominante²¹, é preciso ultrapassar o “princípio” e partir para as “técnicas” efetivas a que aquele princípio se prestou no Brasil.

O IDORT como discurso geral e as empresas que a ele se voltavam vistas enquanto práticas particulares daquele discurso geral – através, por exemplo, do SENAI e do Sesi²² –, é de fato uma imagem tentadora para começar a empreitada. Mas aí é preciso ir de fato para as empresas. Os sociólogos do trabalho têm trilhado esse último caminho com alguma frequência ultimamente, limitados contudo por uma abordagem sincrônica. Ganhariam muito com a entrada em campo dos historiadores interessados na mesma problemática, pois nesse caso se poderia estabelecer, com alguma solidez, padrões de mais longo prazo para a organização do trabalho (e suas implicações sistêmicas), seja para uma empresa, para um ramo de atividade, ou mesmo para a indústria como um todo.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ Nilton Vargas, "Gênese e difusão do taylorismo no Brasil", Ciências Sociais Hoje 1985, São Paulo, Cortez/Anpocs, 1985, pp. 155-189.

² Nesse último sentido, ele seria ao mesmo tempo contrário tanto à "incorporação pelo Estado", quanto à "incorporação pela empresa", para usar as duas expressões utilizadas por J.D.French para descrever os dilemas da burguesia industrial paulista nos anos 1920 e 1930. J.D.French, "O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950, São Paulo/São Caetano, Hucitec/Prefeitura de S.Caetano do Sul, 1995, p. 69-76.

³ Fernando Teixeira da Silva, "Operários sem padrões. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras", Campinas, Editora da Unicamp, 2003.

⁴ Pode-se ter uma idéia em Leonardo Mello e Silva, "Um estudo sobre células de produção no setor de confecções - Brasil. Controle e consentimento", Havana, Comunicação ao IV Congresso da ALAST, setembro 2003.

⁵ David Montgomery, "Work's control in America. Studies in the history of work, technology, and labor struggles", Cambridge University Press, 1979.

⁶ Paulo Fontes, "Trabalhadores e cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50", São Paulo, Annablume/Sind. Químicos e Plásticos de SP, 1997.

⁷ Barbara Weinstein, "A (Re)formação da classe trabalhadora no Brasil", São Paulo, Cortez Ed./Universidade S.Francisco, 1999, p.156.

⁸ Paulo Fontes, cit., p.81.

⁹ Veja-se em Frederick Winslow Taylor, "Princípios de Administração Científica", São Paulo, Atlas, 1987 (7a ed.), pp. 54-59; 70-71. Essas passagens estão mencionadas também em Harry Braverman, "Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do trabalho no Séc.XX", Rio de Janeiro, Zahar, 1981 (3a edição), pp. 95-100.

¹⁰ Na tradução de Braverman está "homem mentalmente retardado".

¹¹ Apud Braverman, cit., p.96. ¹³ Taylor, cit., p.32 ("Identidade de interesses entre empregadores e empregados").

¹² Taylor, cit., p.32 ("Identidade de interesses entre empregadores e empregados").

¹³ "A conformação do Estado liberal traduz clássica e rigorosamente a dominação burguesa em sua modalidade plenamente hegemônica. O isolamento da sociedade política da sociedade civil - em cumprimento do seu papel arbitral - cria significados específicos para o "privado" e o "público" (...) O Estado não se vê obrigado a recriar demiurgicamente o privado no público. O mundo do interesse "nu" pode se afirmar sem peias e legitimamente. A sociedade civil conhece apenas a legalidade por ela criada, que visa facultar satisfação para o indivíduo apetitivo." (Luiz J. Werneck Vianna, "Liberalismo e Sindicato no Brasil", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978 (2a ed.), p. 72. O sub-capítulo em tela chama-se "O fordismo no Brasil").

¹⁴ Michael Burawoy, "The Politics of Production", Londres, Verso, 1985, p.79, nota 92.

¹⁵ Ora, deveríamos antes nos perguntar se uma organização desse tipo poderia alguma vez funcionar de fato...

¹⁶ Consultar Robert Linhart, "Lênin, os camponeses, Taylor", Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

¹⁷ Luiz Werneck Vianna, cit., p.74.

¹⁸ Luiz Werneck Vianna, op. cit. Consulte-se o capítulo 2, "Leis do Trabalho e Burguesia Industrial: a tentativa do liberalismo fordista nos anos vinte", em especial o sub-capítulo "O liberalismo fordista".

¹⁹ O que o autor chama, nas pegadas de Gramsci, de uma "economia programática". Op. cit., p.69.

²⁰ A disjuntiva entre taylorismo como "princípio" e como "técnica" é proposta por Nilton Vargas, op.cit.

²¹ Veja-se para uma crítica dessa abordagem Adalberto Marson, "O Taylorismo e seus artifícios" in Ângela M.C. Araújo (org.), "Trabalho, Cultura e Cidadania", São Paulo, Scritta, 1997, pp. 153-175.

²² Essa lacuna é preenchida pelo trabalho de Weinstein, cit.

SINDICATOS E PARTIDOS NO URUGUAI – DA FUNDAÇÃO DA CNT AO TRIUNFO DA ESQUERDA (1964-2004)*

Jaime Yaffé
jaimeyaffe@adinet.com.uy
Universidad de La Republica Montevideo

Resumo

Este artigo analisa os movimentos que o sindicalismo uruguaio desenvolve na segunda metade do século XX e sua relação com os partidos políticos, com os partidos no governo; propõe uma reflexão inicial sobre os primeiros 60 dias do governo da Frente Ampla.

Palavras-chave: Sindicalismo uruguaio – Trabalhadores – Inserção política.

Abstract**

This article analyses the activities that the Uruguayan syndicalism developed in the second half of the 20th century and its relation with political parties, with government parties; offers an initial reflection about the first 60 days of the Ample Front government.

Key-words: Uruguayan syndicalism – Worker – Political insert.

Desde primeiro de março de 2005, os sindicatos de trabalhadores uruguaio-
s enfrentam uma situação inédita: pela primeira vez em sua história, o governo
nacional está nas mãos da esquerda. Como toda mudança importante, esta tem
gerado uma série de incertezas. Uma delas tem a ver com a relação que o movi-
mento de trabalhadores terá com o novo governo.

* Este texto se baseia num trabalho realizado em conjunto com Natalia Doglio e Luis Senatore (Doglio, Senatore, Yaffé, 2004). Uma versão anterior foi apresentada na II Jornada de História do Trabalho, ANPUH-SC/UFSC, Florianópolis, agosto-setembro, 2004. Tradução de Ana Brancher. brancher@mbox1.ufsc.br

** Tradução: Maty Gueye.

Convencidos de que o estudo do passado pode contribuir para iluminar este problema do presente, neste trabalho se estuda a relação entre os sindicatos e a esquerda na segunda metade do século XX, em particular desde a criação da Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT) em 1964¹. Para isso, se consideram as mudanças que esta relação tem experimentado desde então, avaliando especialmente o impacto que teve sobre a mesma as transformações que o sindicalismo e a esquerda – reunida desde 1971 na Frente Ampla (FA)² – experimentaram depois da ditadura cívico-militar que governou o país entre 1973 e 1985. Finalmente, se apresentam alguns possíveis cenários no desenvolvimento desta relação entre o atual governo da esquerda e as organizações de trabalhadores.

Desde a restauração da democracia, a FA aumentou de forma quase constante seu peso eleitoral e parlamentar, até converter-se, desde 1999, no maior partido do sistema político uruguaio, e conquistar, em 2004, o governo nacional³. Ao mesmo tempo que crescia, a esquerda processou uma renovação que, entre outros fatores, supôs: a consolidação da FA como partido político, superando sua velha condição de coalizão; a moderação ideológica e programática; a acentuação de um perfil cidadão e policlassista, distanciando-se do posicionamiento trabalhista da esquerda marxista, e acercando-se progressivamente do empresariado. Simultaneamente, o movimento sindical experimentou transformações que afetaram negativamente sua gravitação social e política, assim como sua histórica vinculação com os partidos de esquerda. A convergência de ambos processos de transformação, provocou uma crescente autonomização de ambos atores.

Nos anos 90, o sindicalismo se viu seriamente afetado pelo descenso da taxa de sindicalização⁴, pelo desmonte das instituições de regulação salarial⁵ e pelos efeitos econômicos e sociais do processo de liberalização e aperto econômico impulsionado pelos governos.⁶ Debilitado em seu âmbito de ação natural, o movimento sindical se reposicionou na cena política, tomando a vanguarda na oposição às políticas liberais dos governos de coalizão dos partidos tradicionais.⁷

Tal como havia sucedido na transição da ditadura para a democracia, o sindicalismo se constituiu num ator relevante da política nacional, porém a vinculação com a esquerda em ambos momentos foi bem distinta. Na primeira metade dos anos 80, os sindicatos foram o canal de expressão dos partidos de esquerda que se encontravam impedidos de atuar publicamente, pois permaneciam ilegais. Nos anos 90, o sindicalismo constituiu junto a FA um dos dois componentes da luta contra as reformas liberais impulsionadas pelos governos dos partidos tradicionais, porém por sua vez competiu com aquela na condução dessa oposição. A FA se havia moderado e, naturalmente, outorgava maior importância a sua estratégia para alcançar o governo

nacional mediante o triunfo eleitoral. Os sindicatos, em troca, reclamavam uma oposição mais radical e levaram a dianteira no combate às reformas pró mercado. O que acontecerá agora que a FA está no governo? Façamos um pouco de história para contextualizar adequadamente uma resposta a esta pergunta.

SINDICATOS E ESQUERDA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

As origens históricas da inserção do movimento sindical uruguaio no sistema político uruguaio remontam às primeiras décadas do século XX, alcançando sua configuração mais característica nos anos 40, durante o período que se denomina como “neobatllista”.⁸ Logo após a Segunda Guerra Mundial, no marco de uma democracia pluralista, o modelo de desenvolvimento econômico e social baseado na industrialização substitutiva de importações (ISI), combinou virtuosamente o crescimento econômico, a expansão de um estado social e empresário, o incremento do benefício empresarial e a redistribuição de ingresso a favor dos assalariados.

Neste contexto, se gestou uma forma de inserção política do movimento sindical, que se manteria vigente durante quase três décadas (até fins dos anos 60). Seus traços mais definitórios eram, por um lado, a autonomia política dos sindicatos a respeito do Estado e dos partidos⁹, e por outro, a relação privilegiada com a esquerda política, e a inserção em instituições paraestatais de negociação salarial.

Desta forma, o movimento sindical uruguaio, que contava com uma organização e atuação autônoma, tinha, por sua vez, uma dupla articulação com o sistema político: por um lado, com os partidos de esquerda (especialmente com os partidos comunista e socialista)¹⁰, e por outro, com o estado que era administrado pelos partidos tradicionais. Se estabeleceu assim um tipo de relação corporativa no contexto de uma democracia liberal (Lanzaro, 1986). Se bem que os sindicatos estivessem vinculados aos partidos de esquerda, aos quais pertencia a maioria de seus dirigentes, mantinham por sua vez uma integração política formalizada ao sistema político estatal dominado por ‘blancos’ e ‘colorados’. Esta situação se fundamentava em um acordo tácito: o estado reconhecia e integrava, em suas redes corporativas, ao movimento sindical; por sua parte, os sindicatos, ainda que mantivessem sua independência de classe, aceitavam um conjunto de regras que processavam sua ação dentro de um esquema institucionalizado de negociação e compromissos com o empresariado e com o próprio Estado.

Em fins dos anos 60 e começos dos 70, a crise do modelo ISI era evidente. Em parte por isto os sindicatos, finalmente, se unificaram na CNT. O estancamento econômico, a conflitividade social e a polarização política puseram fim a funcionalidade destes mecanismos de negociação e integração sócio-política. Desde então, os sindicatos se enfrentaram com o Estado e com os partidos tradicionais. A relação com a

esquerda se tornou a única via de contato do movimento sindical com o sistema político. Ao mesmo tempo, com a fundação da FA, começou o processo de renovação e crescimento da esquerda, que se desenrolará fundamentalmente a partir de 1985. Como parte dessa renovação, as relações com o movimento sindical, foram mudando. Não houve ruptura, porém a velha irmandade foi reformulada.

Do lado da esquerda, a necessidade de consolidar um perfil político cidadão, de ampliar a convocatória em um corte transversal da sociedade, e de crescer até o centro do espaço político, incentivou a busca de uma normalização das relações com o empresariado ao mesmo tempo que um distanciamento, sem ruptura, em relação ao sindicalismo. Em segundo lugar, a moderação ideológica e programática da FA fez com que se distanciasse de seu programa histórico que era compartilhado com o sindicalismo, formulando um programa de mudanças mais suaves e graduais.¹¹ Em terceiro lugar, a crise do Partido Comunista¹² e a redefinição do mapa interno da FA nos anos 90, com frações relevantes que no têm uma inserção sindical¹³, consolidaram a tendência a autonomização de movimento sindical em relação a esquerda política.

Pelo lado dos sindicatos, a debilidade numérica e qualitativa em que o colocou a reestrutura econômica liberal, junto a uma oposição de esquerda que se moderou, deslocando-se para a centro-esquerda, fizeram que o PIT-CNT se situasse como a cabeça da oposição social frente ao governo. Em vários casos em que a FA não o fez, o PIT-CNT tomou a iniciativa política de enfrentamento às reformas. Se estabeleceu desta forma uma sociedade conflitiva entre o sindicalismo e a esquerda política. Compartiam o propaganda de mudança na política econômica e o rechaço às reformas liberais. Porém, o descalabro do velho modelo de desenvolvimento e do regime de regulação econômica e social ao amparo que o sindicalismo havia consolidado e unificado quatro décadas atrás, levou o PIT-CNT a uma postura mais radical que a da esquerda moderada.

Como resultado destes processos, no âmbito da esquerda política e do sindicalismo, a histórica relação entre ambos atores se manteve, porém em novos termos. Não há ruptura, senão uma transformação do vínculo entre sindicatos e partidos, que tem significado uma maior autonomia dos primeiros em relação à esquerda. Porém a associação se mantém e a FA segue tendo o apoio do sindicalismo e suas bases sociais. Ainda que se tenha transformado num partido *catch all* (Kirchheimer 1966), com uma convocatória cidadã policlassista, logrou reter o eleitorado trabalhador.

Neste sentido, a trajetória eleitoral da FA não se corresponde com as tensões que Przeworsky e Sprague (1986) formalizaram em seu “dilema eleitoral da social-democracia” em relação a esquerda européia. Segundo estes autores, à medida em que a esquerda crescia eleitoralmente e pretendia alcançar o gover-

no, e para isto se adaptava para captar o apoio do eleitorado de centro, devia abandonar o discurso de classe, pondo, dessa forma, em risco o apoio de seu tradicional eleitorado trabalhador. No caso de optar por retê-lo, se privava da possibilidade de alcançar o gobierno. A FA escapou deste dilema, já que cresceu eleitoralmente para o centro, com uma convocatória policlassista, sem por isto romper com o eleitorado associado ao mundo do trabalho.

De acordo com um estudo realizado em meados dos anos oitenta – a mesma época em que Przeworsky e Sprague formulavam seu “dilema”- no Uruguai os trabalhadores sindicalizados votavam majoritariamente na esquerda (González 1996). Nos anos seguintes, quando se produz a grande decolagem eleitoral da FA e portanto nos termos do “dilema” teria esperado observar la ruptura, a mesma não se produziu. A forte inserção social e territorial da FA nas zonas trabalhadoras de Montevideo é o testemunho mais claro de que não se produziu a ruptura implícita no “dilema eleitoral” formulado por Przeworsky e Sprague em referência a social-democracia européia.

SINDICATOS E GOVERNOS: ALGUNS MODELOS E SUA APLICAÇÃO AO CASO URUGUAIO

Voltando à preocupação central que motiva este trabalho: à luz da trajetória descrita no item anterior acerca das relações entre sindicatos e Estado, e entre sindicatos e esquerda no Uruguai, que tipo de relação cabe esperar que se estabeleça entre os sindicatos e o governo da FA? Para avançar na busca da resposta a esta interrogante, submetamos agora a consideração algumas categorias e modelos de análise que se tem proposto para estudar este assunto das relações entre sindicatos e gobiernos na Latino-américa.

O sociólogo francês Alain Touraine (1987), estudando as relações entre partidos, sindicatos e governos na América Latina, reconheceu a existência de três tipos de sindicalismo, segundo sua relação com o governo. Em primeiro lugar, o “sindicalismo de controle”, no qual o movimento sindical não possui acesso direto ao poder, se bem que exerce algum tipo de influência sobre ele. Dentro desta categoria se poderia considerar o sindicalismo uruguaio das primeiras três décadas do século XX, que, sem ter incidência direta sobre o governo, obteve do Estado a aprovação de leis trabalhistas, que satisfizeram parte de suas reivindicações.

Em segundo lugar, Touraine coloca a existência de um “sindicalismo de integração”, nos casos em que o movimento sindical possui poder e participa dos âmbitos de decisão do Estado. Até certo ponto, este seria o caso uruguaio entre 1944 e 1964, quando, no marco dos Conselhos de Salários, os sindicatos se inse-

riram nos esquemas de regulação econômica próprios do modelo de industrialização substitutiva de importações, até que este entrou em crise. Nesta modalidade, os sindicatos se orientam à satisfação de demandas imediatas de tipo reivindicativo, centradas nas condições de trabalho e em nível salarial.

Em terceiro lugar, o “sindicalismo de oposição”, em que os sindicatos não têm capacidade de influir sobre o governo e suas políticas. Nestes casos, as direções sindicais, privadas de possibilidades de obter reivindicações salariais e trabalhistas, se reorientam para objetivos políticos de longo prazo marcados num projeto alternativo e global de sociedade. No caso uruguaio, este tipo de sindicalismo se pode reconhecer em três momentos históricos diferentes.

Primeiro, no período de gestação do sindicalismo no último quartel do século XIX. Logo após, entre a segunda metade da década dos 60 e a dos 80, quando a ISI entrou em crise, os Conselhos de Salários foram suspensos e, desde 1973, a democracia foi derrubada. Finalmente, na década dos 90, com o fechamento definitivo dos Conselhos de Salários no contexto de uma crescente desregulação do mercado trabalhista e da economia em geral. Neste marco, o movimento sindical se situou na oposição e formulou uma proposta global de política econômica alternativa aquela implementada no contexto do modelo econômico-ideológico de inspiração neoliberal. Os sindicatos tem desenvolvido desde então um claro perfil político, fortemente opositor, ao mesmo tempo a esquerda se moderava e ganhava crescente peso eleitoral até transformar-se, em fins da década, no maior partido político do país, e conquistar, finalmente, o governo nacional.

Como já vimos, neste marco de transformações econômico-sociais e políticas, a histórica irmandade entre esquerda e sindicatos sobreviveu porém se reformulou. O triunfo eleitoral da esquerda em outubro de 2004, gerou grandes expectativas nos sindicatos, porém não reduziu a incerteza sobre os futuros vínculos entre ambos atores. A dois meses da instalação do governo da FA, em março de 2005, essa expectativa se mantinha. Por ora, só é possível colocar-se alguns cenários prováveis no desenvolvimento desta relação.

Victoria Murillo (2000), analisou as relações entre sindicatos e governos, na época das reformas neoliberais na América Latina, em três países nos quais chegaram ao governo partidos que mantinham previamente vínculos com os sindicatos (Argentina, Venezuela e México). Segundo Murillo, os dirigentes sindicais, em sua luta por manter a liderança, buscaram realizar alianças duradouras com os partidos políticos, complementando sua força social com influência política. Uma vez que estes partidos chegam ao governo, o tipo de relação que se estabelece com os sindicatos depende basicamente de duas variáveis: a existência de uma central sindical única ou de uma situação de competência entre mais de uma

central; e a existência de monopólio ou competência inter-partidária pela liderança dentro do sindicalismo.

A partir da combinação destas duas variáveis dicotômicas, Murillo estabelece quatro cenários possíveis para a relação entre governo e sindicatos, sempre falando de casos em que o partido que chega a governo mantém uma vinculação anterior com os sindicatos. A seguinte tabela resume os quatro cenários de acordo com o valor que as duas variáveis adotem.

SINDICATOS, PARTIDOS E GOVERNOS: QUATRO CENÁRIOS POSSÍVEIS DE RELAÇÃO

Central Única	Competência intrasindical	
	Não	Sim
Sim	1. Cooperação	2. Oposição
Não	3. Subordinação	4. Resistência

No primeiro cenário (quando existe uma só central e não há competência pela liderança sindical entre partidos), é mais provável a cooperação entre governo e sindicatos ou, em outras palavras, a “contenção exitosa” destes por aquele. A lealdade ao partido reduz os incentivos para a mobilização e facilita as negociações. Por sua vez o monopólio sindical aumenta o poder de negociação com o partido do governo.

No cenário 2 (existe monopólio sindical com competência inter-partidária pela liderança), é mais provável a oposição dos sindicatos ao governo e a “mobilização exitosa” daqueles frente a este. Os incentivos para a mobilização sindical aumentam pelo temor dos dirigentes de serem substituídos por outros pertencentes ao partido de oposição ao governo. Por sua parte, a tendência do governo será de concessão, para não perder o apoio de suas bases sindicais.

No terceiro cenário (competência inter-sindical com monopólio partidário em cada central) é mais provável a subordinação dos sindicatos aos respectivos partidos e, ao mesmo tempo, a “contenção falida” da mobilização, dado que existem outros atores sindicais que escapam ao controle do partido no governo. A competência entre os sindicatos e a conseqüente luta de seus dirigentes pelo controle das bases, debilita seu poder de negociação e pode afetar seu grau de lealdade partidária. No caso dos sindicatos vinculados ao partido do governo, essa relação privilegiada lhes dá acesso a recursos que podem fortalecer sua situação

na competência intersindical, ainda que o governo só poderá conter parcialmente a mobilização, ao existir outros sindicatos vinculados a oposição política.

Por último, no cenário 4 (superposição da competência entre sindicatos e entre partidos pela condução daqueles) é mais provável a configuração de uma situação de “resistência” e de “mobilização falida” dos sindicatos. A obtenção de concessões se torna extremamente dificultosa dado que a superposição dos dois planos de competência (inter-sindical e, em seu interior, inter-partidária) obstaculiza a coordenação e debilita fortemente ao sindicalismo. Este assumirá um comportamento defensivo, de “resistência” frente a governos que não têm capacidade de disciplinamento partidário da organização sindical.

Evidentemente, o cenário n. 1 é o que melhor corresponderia ao caso uruguaio. Existe monopólio sindical (uma só central) e quase monopólio partidário na mesma (uma contundente maioria da direção sindical tem filiação frenteamplista). Portanto, sob essas condições, corresponderia esperar uma relação entre governo e sindicatos pautada pela cooperação. Os sindicatos obteriam espaços para incidir na produção de políticas e, sobretudo, obteriam concessões. Por sua parte, o gobierno poderia conter exitosamente a mobilização sindical.

Sem dúvida, esta situação inicial poderia variar à medida que transcorra o período de governo. Isso poderia suceder, tanto pela troca em alguma ou em ambas variáveis consideradas ao definir os quatro cenários antes descritos, como pela incidência de outras variáveis não consideradas.

Quanto a troca nas duas variáveis analisadas, devem prever-se duas situações possíveis. Em primeiro lugar, uma eventual ruptura da unidade do sindicalismo, poria fim ao monopólio e introduziria algum grau de competência intersindical que induziria os dirigentes a distanciar-se do governo para não perder a liderança. Ainda que isto pareça hoje pouco provável, não deve descartar-se totalmente, particularmente se se tem em conta as tensões que pode gerar para a condução sindical o relacionamento com um governo de esquerda com fortes restrições fiscais, e compromissos internos e externos que reduzem notoriamente as margens de manobra da política econômica e social. Neste sentido, o passar do tempo é um fator chave que pode desgastar uma relação que se prevê, em princípio, como de cooperação.

Em segundo lugar, ainda que se mantivesse o monopólio de uma só central, essas mesmas tensões poderiam fazer emergir dentro do sindicalismo algum tipo de competência interpartidária. Com efeito, o descontentamento com um eventual governo frenteamplista que não satisfizesse as demandas sindicais em conteúdos e tempos requeridos, criaria um ambiente favorável para o crescimento das correntes sindicais não frenteamplistas, agora amplamente minoritárias. No caso de produzir-se uma situação deste tipo, os dirigentes sindicais pertencentes a FA também teriam

incentivos para confrontar com o governo na medida em que a competência interpartidária dos eventuais desafiantes opositoros colocasse em risco sua permanência.

Em terceiro lugar, há uma variável não considerada nos cenários antes descritos que, no caso uruguaio, dadas as peculiaridades da origem e da configuração partidária atual da FA, poderiam ter incidência decisiva nas relações entre sindicatos e esquerda no marco do atual governo. Se trata da dinâmica interna da FA. A competência entre as facções da FA tem importante incidência no movimento sindical, que, além do mais, é um de seus cenários de expressão e resolução. Por isso, ainda quando se mantivessem estáveis as duas variáveis assinaladas por Murillo como determinantes de um cenário de provável cooperação entre sindicatos e governo (uma só central sindical com monopólio ou quasemonopólio do partido no governo), a competência intrapartidária na FA, poderia introduzir um fator distrosivo. Ainda que não existisse nenhuma facção frenteamplista hegemônica na condução sindical (ao estilo do PCU antes até 1992) existirão maiores possibilidades para que o esquema de cooperação governo-sindicatos se complique. Inclusive, ainda que se tal hegemonia existisse, ela não garantiria a estabilidade de um cenário de cooperação, no caso em que esta maioria sindical não se correspondesse com as relações de força dentro da FA e, mais ainda, do governo a seu cargo.¹⁴

CONCLUSÃO

Em princípio tudo faz pensar que predominará um cenário de cooperação entre os sindicatos nucleados no PIT-CNT e o governo da FA. Recorrendo às categorias de Touraine, a relação poderia situar-se em algum ponto entre a própria do sindicalismo “de controle” e a do sindicalismo “de integração” sem que se alcance plenamente esta última situação dado que isto só é possível num esquema de desenvolvimento e de regulação econômica que, ao menos em médio prazo, não é pertinente supor que se instaure.

Sem dúvida, se esta é a situação razoavelmente previsível para o momento inicial da gestão do governo da esquerda, à medida em que este transcorra, diversos fatores, entre os que a evolução da interna frenteamplista poderia ser relevante, eventualmente introduziriam complicações para a continuidade de tal esquema de cooperação, “contenção exitosa”, “controle” ou inclusive “integração” do sindicalismo. Por suposto, os fatores contextuais, entre os que destacarão a situação econômica e social geral e os resultados que a gestão governamental alcance, condicionarão fortemente estas relações, em um ou outro dos sentidos possíveis (cooperação ou conflito, contenção ou mobilização, integração ou oposição).

Enquanto isso, nos primeiros 60 dias do novo governo se mostrou que pela primeira vez em quarenta anos, os sindicatos se dispõem a cooperar com o governo nacional. Este anunciou e concretizou o restabelecimento dos Conselhos de Salários e se dispõe a instaurar pela lei a negociação coletiva entre trabalhadores e empresários, em todas os ramos da atividade econômica e estatal. Além do mais, se compromete a garantir o respeito aos direitos dos trabalhadores, em particular o direito de agremiação e o de greve que tem sido abertamente desconhecidos durante os últimos 15 anos pelos patrões com a cumplicidade do Estado. O governo também tem sido muito claro em sua mensagem aos empresários e aos trabalhadores a respeito da política salarial: esta não poderá colocar em perigo a estabilidade de preços, pela qual o governo olhará a relação adequada entre ambas variáveis que assegure ao mesmo tempo a elevação dos salários reais e o controle da inflação. No caso do setor público, a recuperação salarial deverá depender da evolução da arrecadação fiscal.

Ante este panorama se vislumbram no seio do sindicalismo atitudes diferentes nos trabalhadores de âmbito privado e os funcionários do Estado. Enquanto os primeiros mantêm um grande entusiasmo num governo que restabelece a negociação salarial e se compromete a fazer respeitar os direitos sindicais, os segundos se mostram críticos frente aos anúncios de austeridade e lenta recuperação salarial. Este não é um dado menor, posto que os sindicatos de funcionários públicos são, neste momento, os mais importantes dentro da central sindical, enquanto os do setor privado estão em franca minoria devido ao seu progressivo desmantelamento por efeito da crise do setor industrial e da repressão patronal durante os anos 90. Por isso é provável que estas expectativas e demandas de trabalhadores públicos e privados coloquem situações conflitivas durante este governo, tanto dentro do sindicalismo como com as novas autoridades nacionais.

REFERÊNCIAS

CAETANO, Gerardo; DOGLIO, Natalia; SENATORE, Luis; ZURBRIGGEN, Cristina. *Los sindicatos frente al impacto de la transformación del mercado laboral ¿Crisis de desaparición o crisis de transformación?*. Montevideo: Fundación Frederich Ebert, 2003.

DOGLIO, Natalia; SENATORE, Luis; YAFFÉ, Jaime. “Izquierda política y sindicatos en Uruguay (1971-2004)”. in LANZARO, Jorge. *El Frente Amplio entre la oposición y el gobierno*. Montevideo: Instituto de Ciencia Política/Fundación de Cultura Universitaria, 2004.

GONZÁLEZ, Luis Eduardo. “Los sindicatos en la arena política”. in *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, n. 9, 1986.

KIRCHHEIMER, Otto. “The transformation of Western European Party Systems”. in LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Miron (eds). *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

LANZARO, Jorge. *Sindicatos y sistema político. Relaciones corporativas en el Uruguay, 1940-1985*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1986.

LANZARO, Jorge. “El sindicalismo en la fase post-keynesiana”. in *Cuadernos del Claeh*. Montevideo, n. 58, 1991.

MURILLO, Ma. Victoria. “Del populismo al neoliberalismo: sindicatos y reformas de mercado en América Latina”. in *Desarrollo Económico*, Montevideo, vol. 40, n. 158, 2000.

PRZEWORSKY, Adam; SPRAGUE, John. *Paper Stones - A History of Electoral Socialism*. Chicago: Chicago University Press, 1986.

TOURAINÉ, Alain. *Actores sociales y sistemas políticos en América Latina*. Santiago de Chile: PREALC-OIT, 1987.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ A CNT foi fundada entre 1964 e 1966. Reuniu, pela primeira vez na história do movimento dos trabalhadores uruguaios, todas suas correntes político-ideológicas (comunistas, socialistas, social-cristãos, anarquistas), e a grande maioria dos sindicatos existentes. Em 1973 foi tornada ilegal e dissolvida pelas autoridades ditatoriais. Em começos dos anos 80, o movimento sindical começou a reorganizar-se no marco do Plenário Intersindical de Trabajadores (PIT). Em fins da ditadura, em 1984, o PIT mudou sua denominação para PIT-CNT para significar sua continuidade histórica com a CNT.

² A FA foi fundada em 1971 como uma coalizão do Partido Comunista, do Partido Socialista, do Partido Demócrata Cristão, outros grupos menores da esquerda e facções cindidas dos partidos tradicionais. Foi ilegal durante a ditadura. Logo depois, a coalizão se transformou num partido político, passando os grupos fundadores a ser correntes internas ou facções. Por sua vez, estabeleceu novas alianças: o Encontro Progressista (EP) em 1994, e a Nova Maioria (NM) em 2002.

³ O apoio eleitoral à esquerda evoluiu da seguinte forma: 18% em 1971 (FA), 21% em 1984 (FA), 20% em 1989 (FA), 30% em 1994 (EP-FA), 41% em 1999 (EP-FA), 51% em 2004 (EP-FA-NM).

⁴ A taxa de sindicalização (a porcentagem de trabalhadores sindicalizados sobre o total de trabalhadores empregados) caiu de 35 % em 1987 a 15% em 2000 (Caetano-Doglio-Senatore-Zurbriggen, 2003).

⁵ Em 1991, o governo suspendeu o funcionamento dos Conselhos de Salários, um âmbito de negociação salarial tripartite (trabalhadores, empresários e governo). Haviam sido estabelecidos por lei em 1943 e funcionaram até 1968. Foram restabelecidos em 1986 até sua nova suspensão. Desde então não foram convocados, sendo seu restabelecimento uma das principais reivindicações dos sindicatos.

⁶ Este processo produziu uma crise da indústria manufatureira doméstica, frente a crescente competição da produção importada, e uma grande expansão do setor de serviços. Com isso, foram desaparecendo os bastiões da velha classe trabalhadora industrial, onde residiam alguns dos principais núcleos organizativos do sindicalismo.

⁷ O Partido Colorado (PC) e o Partido Nacional (PN) ou “blanco”, se alternaram no governo entre 1985 e 2005. Sem dúvida, ante o crescimento da FA, nenhum deles obteve maiorias parlamentares próprias, porque, para obtê-las, deveriam estabelecer governos de coalizão entre ambos partidos.

⁸ Costuma denominar-se como “neobatllista” ao período compreendido entre 1947 e 1958, quando a facção “batllista” do Partido Colorado, liderada por Luis Batlle Berres (sobrinho do fundador dessa corrente política, José Batlle e Ordóñez), teve clara hegemonia nos governos da época.

⁹ Este foi um traço distintivo do sindicalismo uruguaio do pós-guerra, em relação a outras experiências latino-americanas contemporâneas, nas quais, no contexto de regimes políticos de tipo populista, as organizações sindicais estiveram fortemente ligadas a um partido político e/ou ao Estado. Neste sentido, o caso uruguaio contrasta com as experiências do sindicalismo argentino, brasileiro e mexicano.

¹⁰ A outra corrente histórica do sindicalismo uruguaio era a anarquista, que, por definição, rechaçava todo vínculo com os partidos políticos. Sem dúvida, também os sindicatos conduzidos pelos anarquistas se integraram aos mecanismos de negociação salarial paraestatal. Uma quarta corrente, minoritária, era o sindicalismo católico, que nos anos sessenta se acercaría a posiciones de esquerda, às vezes mais radicais que as de sindicalistas comunistas e socialistas.

¹¹ O programa da FA em fins dos anos 90 já não inclui algumas das medidas mais importantes de seu programa de 1971: a reforma agrária, a nacionalização dos bancos e do comércio exterior, o rechaço aos organismos financeiros internacionais, entre outros.

¹² Como sucedeu em outras partes do mundo, depois do fracasso da perestroika soviética e da caída dos regimes comunistas europeus, o Partido Comunista do Uruguai (PCU) sofreu uma forte crise depois da qual viu muito diminuído seu peso político e sindical. No Congresso do PCU celebrado em 1992, o setor “renovador” foi derrotado pelos “ortodoxos” que ficaram donos da estrutura partidária. Os renovadores renunciaram a seus cargos de direção e abandonaram o partido, sem constituir outra organização alternativa. O PCU havia sido desde a criação da CNT em 1964, a corrente político-ideológica mais importante dentro do movimento sindical. Também era, naquele momento, a facção mais importante dentro da FA, pois havia recebido, nas eleições nacionais de 1989, a maior votação de sua história e tinha, portanto, a maior parte da bancada parlamentar da esquerda. Por isso, a crise do PCU teve importantes consequências, tanto nos sindicatos como na esquerda.

¹³ Depois da crise comunista, as principais facções dentro da FA tem sido o Partido Socialista (PS), Assembléia Uruguaia (AU), Movimento de Participação Popular (MPP) e Vertiente Artiguista (VA). Delas, só o PS e o MPP têm força nos sindicatos, porém muito menos que a que tinha o PCU.

¹⁴ O duro conflito que durante o ano de 2003 enfrentou o governo municipal de Montevideo, a cargo da FA desde 1990, com o sindicato de trabalhadores, foi uma boa representação de como alguns destes fatores podem incidir para que a relação entre sindicato e governo de esquerda derive para uma situação de conflito. Convergiaram neste caso: o desgaste produzido pelo transcurso de três administrações sucessivas, a não existência de uma facção frenteamplista hegemônica no interior do sindicato, o fortalecimento de tendências sindicais nos frenteamplistas e/ou pertencentes a correntes minoritárias e críticas dentro da FA, e, finalmente, a não correspondência entre a composição e os pesos relativos entre as diversas facções no governo, o partido e o sindicato.